



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 149, DE 2019.

Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012 e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001.

EMENDA

Dê-se ao § 1º do art. 10, o § 1º-A, do art. 1º-C, da A Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, constante da Proposta de Lei Complementar nº 149, de 2019, a seguinte redação:§

“Art. 10. A Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)

“Art. 1º-C De 1º de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020, a União ficará impedida de executar as garantias das dívidas decorrentes dos contratos de refinanciamento de dívidas celebrados com os Estados e o Distrito Federal com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e dos contratos de abertura de crédito firmados com os Estados ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.”

§ 1º Caso no período o Estado ou o Distrito Federal suspenda o pagamento das dívidas de que trata o caput, os valores não pagos:





I – serão apartados e incorporados aos respectivos saldos devedores após seis meses de carência a contar do fim do estado de calamidade de que trata o caput,

atualizados pelos encargos financeiros contratuais de adimplência, para pagamento pelo prazo remanescente de amortização dos contratos;

II - deverão ser aplicados preferencialmente em ações que mitiguem os impactos da pandemia do Covid-19 na saúde, na assistência social, na segurança pública, no sistema penitenciário e socioeducativo, no emprego, na atividade econômica e/ou nos impactos oriundos da queda de arrecadação e ações para sua mitigação e recuperação.

JUSTIFICAÇÃO

Tramita nessa Casa o Projeto de Lei Complementar nº 149, de 2019, que Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012 e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.

Alteração do texto do inciso I § 1º está pontuada no fato de acrescentar seis meses de carência a contar do fim do estado de calamidade fica garantido um tempo adicional para os entes ajustarem suas finanças.

Ao tempo em que a alteração do texto do inciso II § 1º refere-se à inclusão de outras áreas onde os recursos podem ser aplicados permite maior flexibilidade na utilização dos recursos, permitindo melhor atendimento das necessidades dos entes.





Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Celina Leão – PP/DF

Assim, com base nos argumentos legais acima apresentados, solicito o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das sessões, de 2020.

Deputada CELINA LEÃO
Progressistas - DF

